



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

São Paulo, 10 de dezembro de 1961.

*No Centro Acadêmico XI de Agosto,
da Faculdade de Direito da Univer-
sidade de São Paulo.*

É para mim uma distinção excepcional o convite do Centro Acadêmico XI de Agosto para comparecer a esta solenidade. Sob as arcadas da tradicional Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, temos o dever de evocar e reverenciar a memória das gerações de mestres e discípulos que, há mais de um século, lançaram e consolidaram os fundamentos de uma das nossas mais gloriosas instituições de ensino livre.

Juntamente com a Faculdade de Direito do Recife, a gloriosa Academia do Largo de São Francisco exerceu relevante papel no desenrolar da vida pública brasileira. Por aqui passaram Castro Alves, Rui Barbosa, Rodrigues Alves, Campos Sales e tantos outros vultos exponenciais da cultura, do civismo, da política e das letras jurídicas do nosso país. Daqui partiram os grandes combates contra a escravidão, pela República, pela Liberdade, pelo Direito e pela Justiça. Em tôdas as lutas populares, nunca faltou a presença atuante da Faculdade de Direito de São Paulo, como força propulsora na defesa intransigente das liberdades públicas, a serviço dos mais altos interesses do Brasil.

Dêsse modo, meus caros estudantes, sois os herdeiros de um patrimônio extraordinário de civismo, de espírito público e de amor às grandes causas nacionais. Vemos, com orgulho, que êsse patrimônio está sendo sustentado e enriquecido pelo patriotismo, pelo idealismo e pela irreprimível vocação democrática dos professores e estudantes de hoje.

Os problemas com que agora nos defrontamos são naturalmente diferentes daqueles que os nossos maiores tiveram de enfren-

tar. A população está crescendo rapidamente, o País progrediu, a industrialização se acelerou. O Brasil tornou-se uma forte comunidade política, cuja importância na vida internacional lhe dá maiores e mais altas responsabilidades. Maior nação latina do mundo, estamos fadados a desempenhar um papel de relêvo entre os povos, dentro da nossa vocação pacifista, intransigentes na defesa do princípio da autodeterminação, de não-intervenção nos problemas internos dos outros países. Nada nos desviará dessa linha de pensamento e de conduta, que corresponde às aspirações e sentimentos do povo brasileiro.

A fase atual do nosso desenvolvimento apresenta feições muito características, porque, nos dias de hoje, progredir, para nós, significa transformar uma estrutura econômico-social que já produziu os seus frutos mas não mais corresponde às exigências do bem-estar das populações brasileiras.

São exatamente os problemas ligados a essa mudança de estrutura que distinguem o momento social brasileiro e fazem deste momento um desafio à inteligência política de governantes e governados. É necessário, portanto, aceitar esse desafio, reconhecer a realidade como ela se apresenta e liderar a transformação, para que ela se verifique sem perigo para as instituições democráticas que nos regem.

A liderança das reformas coloca desde logo a questão do planejamento, pois desenvolver sem planejamento significa desperdício de energias e de dinheiro. Significa deixar ao acaso das impreviões, do empirismo e de forças dominadas por interesses exclusivistas, a organização da sociedade brasileira, que deve alcançar em curto prazo um nível superior de economia. Cabe ao Estado, nessa ação planejada, papel ativo para que a mobilização dos recursos materiais e humanos se realize no sentido do atendimento daquelas prioridades que o exame realista da situação nacional determinar.

O planejamento não impõe liderança exclusiva dos poderes públicos no campo econômico, social e financeiro. Ele não exclui a colaboração da iniciativa privada, que encontrará nas reformas necessárias o estímulo indispensável à sua maior expansão.

Mas, entre nós, como em outros países de estágio social semelhante, a liderança do Estado na política de desenvolvimento é uma exigência da missão nacional a cumprir, e não apenas um princípio teórico. É questão de fato, e não de preferências ideológicas. Pensemos — para citar exemplo expressivo — no Nordeste. A recuperação do Nordeste, o processo para se estabelecer, em condições favoráveis à sua economia, o conjunto de medidas fundamentais à superação do seu atraso, impõe ao Estado iniciativas e posições que só o poder público se acha em situação de tomar. A liderança do processo do desenvolvimento se inclui, hoje em dia, entre os deveres constitucionais do Estado. Nesse sentido, existem na Constituição dispositivos que não deixam margem a qualquer dúvida, como os artigos 145, 146 e 147.

Eis a razão pela qual, meus caros estudantes, a máquina estatal deve estar preparada para cumprir as grandes tarefas nacionais, no comando do planejamento do progresso e da justiça social.

As instituições políticas devem comportar a dose necessária de firmeza e unidade de ação nacional, sem o que estaríamos condenados a perder o melhor do nosso esforço.

Todos os mais autorizados observadores da vida brasileira são unânimes em afirmar que a nossa estrutura social e econômica se acha submetida a um processo de mudança e reajustamento. O espírito que move êsse processo é o de remover as causas do atraso, conquistando-se ao mesmo tempo uma posição favorável às transformações progressistas e emancipadoras.

Uma das causas mais firmemente diagnosticadas dêsse atraso está nas relações jurídicas e econômicas entre aqueles que trabalham e os que detêm a propriedade rural. Por êsse motivo, um dos problemas dominantes desta fase da vida brasileira é o da reforma agrária.

O processo da industrialização já estimulou a agricultura, mais voltada para o mercado interno. Todavia, no conjunto, o progresso da nossa agricultura é insuficiente. Basta considerar que, num total de 12 milhões de lavradores, 10 milhões não possuem terra própria; a percentagem da área cultivada não vai além de uma média de 10%; práticas agrícolas nocivas ou superadas ainda são comuns; e a sua renda *per capita* é irrisória, pois mal

atinge 30 mil cruzeiros anuais. Modificações na estrutura agrária sempre acompanharam a história das nações. São uma fatalidade na evolução das etapas do processo social. Este é precisamente o nosso caso. A reforma agrária no Brasil não deve estar ligada a reivindicações de natureza ideológica ou sectária. Trata-se de inclíndavel exigência das condições econômico-sociais do nosso desenvolvimento, do bem-estar do povo.

É medida de natureza social, sem dúvida, mas, com ênfase ainda mais expressiva, é medida de ordem técnica imposta pelas condições objetivas da nossa vida nacional.

Não me importa a convicção ideológica do observador. O que êle não poderá negar é que as relações entre os que trabalham e os que possuem a terra são, de modo geral, um obstáculo ao desenvolvimento da produção agrícola, ao aumento da sua produtividade, a uma melhor distribuição das rendas. Esta situação, meus caros estudantes, é que devemos temer, e não a reforma agrária. A situação que a reforma agrária deverá corrigir é que é alarmante e cheia de perigos para a legalidade democrática.

De outro problema, na ordem do dia das preocupações nacionais, passo agora a falar. Refiro-me à remessa de lucros para o exterior. A questão, aqui, diz respeito, antes de tudo, ao capital estrangeiro. Temos recebido tradicionalmente investimentos estrangeiros, que no Brasil sempre encontraram segurança e remuneração compensadora. De modo geral, altamente compensadora. O capital estrangeiro sempre viveu tranqüilo e confiante neste país. Jamais sofreu perseguições, expropriações ou injustiças. Sempre lhe asseguramos tudo quanto necessita para trabalhar e produzir.

Sem dúvida alguma, assim também continuará a ser no futuro. As condições atuais, caracterizadas pelas tarefas do desenvolvimento planejado, impõem, entretanto, que se discipline, através da lei, a atividade dêsse capital. Seus investimentos não podem deixar de ser qualificados para os benefícios que auferir, para as oportunidades que lhe possam ser oferecidas.

O que há a distinguir são as origens, os tipos, as finalidades dos investimentos. É necessário não perder de vista que o capital estrangeiro constitui elemento ponderável do nosso desenvolvi-

to, mas um elemento, e não a chave do desenvolvimento. A chave do desenvolvimento é o esforço nacional. O desenvolvimento não é um negócio, uma empresa mercantil dos velhos tempos de colonialismo, mas sim uma política nacional. Quem pensa no desenvolvimento, quem lhe estrutura as etapas e lhe propõe os fins somos nós, os brasileiros. Estamos prontos a pagar o preço justo pela valiosa colaboração recebida. Mas essa colaboração não pode retirar do nosso controle soberano as medidas e providências indispensáveis a articular o comportamento do capital estrangeiro com os objetivos fundamentais que temos em vista alcançar.

E não tenhamos dúvidas, estudantes de São Paulo e do Brasil, que o esforço nacional, disciplinado numa mobilização racional dos seus recursos, está apto a fornecer os meios básicos para a política do desenvolvimento. É, portanto, partindo desse esforço que devemos pensar no desenvolvimento e formular a política a ele adequada. Não será partindo da ajuda externa que devemos articular os princípios e os fins dessa política.

A contribuição externa é importante, é preciosa, é necessária. Mas ela não deve comandar nem desfigurar a política determinada pelos imperativos da nossa emancipação econômica.

Ao fim destas considerações, que ofereço à vossa crítica e à vossa meditação, um sentimento me domina. Este sentimento está de tal modo presente na ambiência cultural, cívica e patriótica da Academia do Largo de São Francisco, que ninguém resistirá à sua força, à sua verdade. É o sentimento do Brasil unido, fraterno e democrático, dentro do qual estamos chamados a realizar um grande destino nacional e humano. Foi este Brasil que aqui se cultuou. Foi este Brasil que defendestes com tanta bravura nas horas sombrias que vivemos recentemente, pela afirmação do vosso apoio à legalidade democrática, ao império da ordem jurídica, de que esta Casa é guardiã vigilante e corajosa.

Soubestes, numa hora histórica da vida nacional, colocar o vosso entusiasmo e o vosso idealismo a serviço do princípio cardeal da nossa organização política, expressa no Artigo 1º da Constituição da República: "Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido".

Como mandatário do povo, que me honrou com duas eleições sucessivas, agradeço a vossa solidariedade e renovo perante vós, estudantes de São Paulo e do Brasil, a afirmação de que só com o povo, com o seu ardente desejo de progresso, com as reivindicações do seu trabalho e do seu bem-estar, tenho compromissos.

A cruzada em que a Nação tôda se empenha é a da conquista da sua emancipação econômica, para satisfação dos imperativos da justiça social. Eu vos saúdo e vos conclamo para esta cruzada pelo Brasil, pela democracia e pela justiça social.